



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ  
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DE MARINGÁ - PROJUDI  
Atrium Centro Empresarial - Avenida Pedro Taques, 294 - 1º andar - Torre Sul - Zona 07 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone:  
(44) 3472-2726 - Celular: (44) 3472-2767 - E-mail: mar-3vja-s@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0028513-66.2024.8.16.0017**

**Mov. 11.** Decisão de autorização do processamento do pedido de recuperação judicial, com nomeação de AJ, concessão de stay period de 180 dias, declaração de essencialidade de veículo automotor na posse da devedora mas alienado fiduciariamente, além de outras determinações diversas em consonância ao disposto na LREF.

**Mov. 34.** Edital<sup>1</sup>, de aviso do processamento do pedido de RJ e sobre a Lista<sup>1</sup> organizada pela devedora sobre credores sujeitos à RJ.

**Mov. 37.** Devedora apresenta documentos suplementares, como ordenado na decisão de mov. 11.

**Mov. 39.** Devedora apresenta embargos declaratórios contra a decisão de mov. 11, especificamente para que seja declarada a natureza substancial do processamento do pedido de RJ.

**Mov. 56.** Devedora apresenta o PRJ, com laudo e documentos.

**Mov. 66.** AJ apresenta a Lista<sup>2</sup>, de revisão da Lista<sup>1</sup>.

**Mov. 67.** AJ apresenta relatório sobre o PRJ, com análise técnica para suporte em oportuno controle judicial da legalidade do PRJ.

**Mov. 68.** Edital<sup>2</sup>, sobre a juntada do PRJ e da Lista<sup>2</sup> constantes dos autos.

**Mov. 72.** Devedora aponta suposto erro em Edital, pedindo correção.

**Mov. 74.** AJ apresenta relatório técnico sobre dúvida acerca da consolidação processual ou substancial do grupo econômico postulante da RJ.

**Mov. 76, 77 e 92.** Credores articulam objeção ao PRJ.

**Mov. 96.** Devedora requer prorrogação do stay period.

### **Dos embargos declaratórios**

A devedora opôs embargos de declaração opostos com o intuito de que se esclareça e reconheça a natureza substancial do grupo empresarial recuperando, com base na integração funcional, patrimonial e organizacional entre as sociedades autoras, bem como para que se declare expressamente a regularidade do processamento da recuperação judicial, diante dos atos já realizados sob supervisão do administrador judicial.



Consoante as informações prestadas pelo administrador judicial (AJ), bem como os documentos e manifestações constantes dos autos, restou caracterizada a existência de grupo empresarial substantivo, composto por CIRÚRGICA PARANÁ DISTRIBUIDORA, CPE, SOS DISTRIBUIDORA e SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, através da demonstração de estrutura integrada e interdependência operacional, legitimando a condução unitária do procedimento recuperacional.

Por conseguinte, reconheço expressamente a natureza substancial do grupo recuperando, o que repercute na formação do quadro geral de credores (QGC), tramitação unificada, apresentação de plano (PRJ) único e tratamento conjunto dos créditos sujeitos.

Declaro, portanto: a) que os créditos das empresas do grupo devem ser tratados de forma consolidada quanto à classificação, habilitação e votação; b) que as deliberações em AGC devem se orientar por classe, sem separação entre as sociedades componentes; c) que o PRJ é único, com possibilidade de cláusulas específicas.

### **Da regularidade do processamento**

Com base nos atos processuais certificados nos autos, declaro regular o processamento do pedido de recuperação judicial (art. 52 da LREF), com a confirmação da realização dos seguintes marcos legais:

a) publicação do Edital 1 com resumo do pedido, decisão de processamento e Lista 1 apresentada pela devedora (art. 52, §1º e art. 7º, §1º, LREF);

b) apresentação do plano de recuperação judicial (PRJ) pela devedora no prazo legal (art. 53, LREF);

c) apresentação da Lista 2 pelo AJ, consolidando as habilitações e divergências (art. 7º, §2º, LREF);

d) publicação do Edital 2 com aviso do PRJ e da Lista 2, assegurando: prazo de 30 dias para objeções ao PRJ (art. 55, caput, LREF); prazo de 10 dias para habilitações e impugnações de crédito (art. 8º da LREF).

Já consta nos autos inclusive um parecer técnico do AJ sobre o PRJ.

### **Da prorrogação do *stay period***

A devedora postula, ainda, o deferimento do pedido de prorrogação do *stay period* (art. 6º, §4º, LREF), ante a iminência do término do prazo inicialmente concedido de 180 dias e da pendência de deliberação sobre o plano de recuperação judicial e a necessidade de preservação do equilíbrio negocial entre as partes.



Considerando terem sido apresentadas objeções ao PRJ e que a necessária Assembleia Geral de Credores (AGC) ainda não foi sequer convocada, bem como que há interesse público relevante na preservação da atividade empresarial, defiro o pedido de prorrogação do *stay period*, com fundamento no art. 6º, §4º, da LREF, por mais 180 dias (improrrogáveis), a contar do término do prazo em curso, mantendo-se suspensas as execuções e medidas constritivas sobre os créditos sujeitos à RJ.

Anote-se que a prorrogação é medida excepcional, mas cabível no caso concreto, dada a complexidade do grupo econômico, o volume de créditos, a fase atual do processo em tramitação bem assim a necessidade de se permitir oportuna deliberação consciente em AGC, sem desequilíbrios provocados por execuções paralelas.

### **Deliberações finais**

Ante o exposto:

a) declaro a natureza substancial do grupo empresarial recuperando, com efeitos unificadores no processamento e na votação do plano;

b) declaro regular o processamento da recuperação judicial, reconhecendo o cumprimento das etapas previstas nos arts. 7º, 8º, 52 e 53 da LREF;

c) convoco a Assembleia Geral de Credores (AGC), que será organizada pelo administrador judicial (AJ) nos moldes da Portaria nº 2/2024 (art. 10), observando-se os critérios legais para deliberação e formação de quóruns;

d) defiro o pedido de prorrogação do *stay period*, por mais 180 dias, improrrogáveis, a contar do término do prazo em curso, com as cautelas legais já consignadas no processo;

e) determino que a devedora informe em até 15 dias o passivo tributário e informe tratativas em curso com os fiscos, comprovando as respectivas fases;

f) determino que a Secretaria revise os autos eis que, aparentemente, constam movimentos contendo documentos estranhos a este processo ou com determinação de sua exclusão em consonância à rotina de boas práticas contida na portaria nº 2/2024 do juízo;

g) faculto à devedora apresentar um PRJ modificativo em até 15 dias, diante das anotações realizadas pelo AJ em seu parecer técnico conclusivo; e, em sendo apresentado, desde logo assino o prazo de outros 15 dias para que o AJ apresente um relatório técnico suplementar a servir de suporte ao controle judicial de legalidade;

h) cumpridos os itens supra, abra-se vistas dos autos ao Ministério Público (MP) para manifestação sobre regularidade do feito e legalidade do PRJ.



Intime-se, **imediatamente**, a devedora e o AJ. Cientifique-se o MP. Intime-se, pelo modo usual, demais advogados com representação processual nos autos.

**Maringá, 30 de maio de 2025.**

***JULIANO ALBINO MANICA***  
***Juiz de Direito***